



LIDO
Em 11/09/02
PLC 1833/2002
ria de Plenária

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.
(Do Sr. Deputado NIJED ZAKHOUR – PMDB/DF)**

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CAF e CCJ.
Em, 12, 09, 02

Desafeta e autoriza a doação com encargo da área que especifica e dá outras providências.

Stamara Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenária

PROTCCOLO LEGISLATIVO
PLC nº 1833/02
L. nº 01

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Fica desafetada de sua destinação original a área publica de uso comum do povo, localizada na área SGAS 915, lote 73, na Asa Sul, na Região Administrativa de Brasília – RA I, medindo 4.600 m² conforme mapa anexo:

§ 1º - A desafetação de que trata este artigo fica condicionada a realização de audiência pública, na forma do art. 51 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 2º - A área ora desafetada passa a constituir unidade imobiliária destinada ao uso institucional atividade culto, educacional e assistência social.

Art. 2º - Fica o Distrito Federal, por intermédio do órgão competente de sua Administração Pública, autorizado a doar, com encargos, a área do objeto do artigo anterior à Igreja Batista Nacional Ebenézer, CNPJ 030.567.406-49.

Parágrafo único – A doação será feita pelo instrumento jurídico adequado, nos termos do art. 1º e incisos I, II e III do art.2º, da Lei nº 2.688. de 12 de fevereiro de 2001, dispensada a licitação nos termos da parte final do art 17, § 4º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

Art. 3º - Como contrapartida à doação efetivada na forma desta Lei Complementar, o donatário adotará as medidas necessárias para o atendimento a menores carentes e idosos, através de atividades ocupacionais.

§ 1º - É de dois anos, contados da assinatura do instrumento de doação, o prazo para que o donatário inicie o cumprimento dos encargos previstos neste artigo.

§ 2º - O donatário detalhará, em projeto, ser apresentado ao órgão competente da Administração Pública, que fará parte integrante do instrumento de doação, como serão desenvolvidas as atividades de que trata o caput.

Art. 4º - O donatário fica obrigado a cumprir os encargos de que trata o artigo anterior pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Parágrafo único – Após o decurso do prazo previsto neste artigo, fica o donatário, desobrigado dos encargos por ele assumido, passando a área mencionada no art.1º desta Lei Complementar aos usos e atividades permitidos pelas normas vigentes.

Art. 5º - O descumprimento das condições impostas por esta Lei Complementar ou pelo instrumento de doação enseja a reversão do bem ao patrimônio do Distrito Federal, sendo resguardado ao donatário o amplo direito de defesa.

Parágrafo único – Em caso de reversão de que trata o *caput*, o Poder Executivo, indenizará as benfeitorias realizadas.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A área a que se refere esta lei será destinada a construção de templo religioso e uso educacional para a Igreja Batista Nacional Ebenézer, atendendo aos inúmeros congregados daquela localidade.

A presente proposição encontra amparo no Art.58, inciso IX, da Lei Orgânica do Distrito Federal que dispõe:

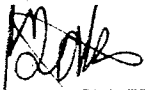
Art. 58. Cabe a Câmara Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:

(....)

IX – Planejamento e controle do uso, parcelamento, ocupação do solo e mudança de destinação de áreas urbanas.....”

Assim, certo de que a proposição encontrará acolhida por partes dos nobres pares, esperamos por sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de Agosto de 2002


NIJED ZAKHOUR
Deputado Distrital
PMDB/DF

